

CIÊNCIA INCLUSIVA: ENTRE A FORMAÇÃO DO INTELLECTUAL ORGÂNICO E A FORMAÇÃO ORGÂNICA DO INTELLECTUAL

Cláudio Nei Nascimento da Silva¹

O pensador italiano Antônio Gramsci afirmou em suas anotações na prisão quando refletia acerca da história dos intelectuais que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”(Gramsci, 2004, p. 18). Mais adiante Gramsci defende que “a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos” (p. 20). A ciência é um desses espaços tradicionais muito concretos em que a produção de intelectuais tem, de modo geral, obedecido à mesma lógica de distribuição dos recursos simbólicos e materiais produzidos socialmente. Enquanto campo social que goza de reconhecida autonomia, a ciência movimenta-se reforçando sua estrutura piramidal nem sempre democrática. Essa estrutura favorece a concentração de capital científico na mão de poucos, o que legitima seu caráter concentrador e sua lógica excludente. Como nos lembrou Frigotto (p. 242) “a ciência, a técnica e a tecnologia, como produções humanas e práticas sociais, não são neutras e se constituem em forças de dominação e alienação” mas também podem se constituir em elementos da emancipação humana e são cruciais e necessários a ela.

Em 1968 o sociólogo Robert K. Merton escreveu sobre os sistemas de recompensas e comunicação na ciência, com seu célebre texto “O efeito Mateus”, em alusão ao versículo 29 do capítulo 25 do evangelho de Mateus: “pois a quem tem, mais será dado, e terá em grande quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado”. Segundo Merton (1968), tanto a autoimagem quanto a imagem pública dos cientistas são, em grande medida, moldadas pela visão comunitariamente validada de outras pessoas e de pessoas importantes, especialmente quando estas ocupam cargos institucionalmente estratégicos. A máxima mertoniana segundo a qual aqueles que gozam de vantagens terão ainda mais vantagens, enquanto aqueles que estão numa posição de defasagem terão muita dificuldade em ascender, ainda é bastante adequada na atualidade para traduzir o funcionamento interno deste campo social chamado ciência. Chamamos para a conferência de abertura dos congressos científicos de cada área do conhecimento sempre os mesmos pesquisadores experientes daquele campo; um trabalho científico terá pouca validade se não tomar como referência autores consagrados daquela área; em posições estratégicas na estrutura institucional da ciência

¹ Editor-chefe da Revista Nova Paideia. [Lattes](#)

As ideias contidas neste texto foram previamente discutidas com os pesquisadores Fernanda Bartoly Lima (IFB), Marta Senghi Soares (IFSP) e Rodrigo Soares Guimaraes Rodrigues (IFB), aos quais a Revista agradece.

estão nomes que sempre gozaram de poder e prestígio na área da qual são oriundos; a ascensão e o conseqüente prestígio em uma determinada área pressupõe atuar em programas de pós-graduação *stricto sensu* muito mais que em projetos de iniciação científica, voltados para estudantes de graduação. Isso sem falar dos já conhecidos conflitos de interesse na prática científica de pesquisadores nos departamentos de pesquisa em diferentes instituições mundo afora.

Gramsci, ao mencionar a relação das massas com seus intelectuais, especialmente os intelectuais do meio rural, afirmou que a atitude do camponês com essa figura é “dúplice e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual e, em geral, do funcionário público, mas finge às vezes desprezá-la”. Ele tem uma mistura instintiva de dois sentimentos difusos: inveja e raiva apaixonada, afirmou Gramsci. Nesse sentido, questiona-se se a relação da massa de pesquisadores que sustenta a estrutura piramidal de consumo de informação científica produzida, sobretudo, pelo grupo daqueles que se acham numa posição de prestígio não é também de admiração, com elementos de inveja e raiva apaixonada. Questiona-se, ainda, se não é preciso intervenções em nível de Estado para promover mudanças na estrutura da ciência de modo a torná-la cientificamente inclusiva, isto é, que permita que oportunidades de aprofundamento e produção, de compreensão e intervenção sejam realizadas por diferentes níveis da estrutura científica para que a produção de conhecimento não reproduza a mesma lógica do capital que, em muitos campos, é objeto de denúncia. De modo geral, a ciência é orientada por um *habitus* que, conforme defende Bourdieu, são “maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo” (Bourdieu, 2004, p. 28). Em toda área da pesquisa científica aprende-se a ser pesquisador internalizando e externalizando este *habitus*, sob pena de, ao tentar trazer para o campo aprendizagens adquiridas alhures, serem acusados de “defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as conseqüências que possa imaginar” (Bourdieu, 2004, p. 29). A autoridade científica, isto é, a capacidade de falar e agir com legitimidade em nome daquele campo, não é só fruto do esforço individual e das contribuições inestimáveis de determinados pesquisadores, é também conseqüência de uma teia de conveniências e oportunidades estruturalmente protegidas.

Por isso, acreditamos que é hora de promover mudanças capazes de impactar a estrutura dos diversos campos científicos para, com isso, quiçá, mudar velhos e defasados *habitus*. Apresentamos dois exemplos que representam bem a perspectiva cientificamente inclusiva aqui defendida: o programa “Ciência sem Fronteiras” lançado pelo governo brasileiro e que esteve vigente entre 2011 e 2017 (Brasil, 2011) e os Programas de Mestrado Profissional para professores da rede pública, PROEB (Capes, 2011). No primeiro caso, tivemos um programa que buscava enviar estudantes para o exterior (inclusive estudantes de iniciação científica) que nunca imaginaram viver uma experiência de formação em universidades de reconhecida qualidade em outros países, trazendo inovações e possibilidades diversas para o desenvolvimento social e econômico do país. No segundo caso, o que se buscou foi oportunizar formação continuada *stricto sensu* para professores em

exercício nas redes públicas de educação básica, vinculadas às áreas do currículo com temáticas voltadas à melhoria das práticas educativas dos próprios pesquisadores em formação, como também do seu entorno.

Em ambos os casos, ao invés de ações que tradicionalmente significaram uma política clara voltada à formação do intelectual, muito mais tradicional que orgânico, o que tivemos foram ações de intervenção do poder público gerando impactos na estrutura tradicional da ciência, culminando com a desejável formação orgânica de um novo intelectual. Nem sempre vultosos investimentos na área de ciência, tecnologia e desenvolvimento são suficientes para mudança social se não estiverem apoiados em princípios verdadeiramente democráticos e inclusivos. Na ciência, o desafio é sempre maior, porque não se faz ciência nivelando por baixo, mas tampouco não é possível repetir uma lógica de organização da produção do conhecimento que leva à criação de castas marcadas, exclusivamente, pela produtividade. Uma ciência cientificamente inclusiva pressupõe reconhecer o mérito do pesquisador que produz e a relevância do conhecimento produzido, mas também, pressupõe criar condições estruturais para uma mudança de mentalidade no interior dos campos científicos para o surgimento orgânico de novos intelectuais, como foi o caso dos dois exemplos citados acima. Do contrário, a ciência continuará sob o efeito Mateus e estaremos formando intelectuais tradicionais que se autodeclaram orgânicos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP.

BRASIL. **Decreto no 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Brasília, n. 7.642. 2011. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

CAPES. **Portaria no 209, de 21 de Outubro de 2011**. Brasília, n. 209. 2011. Disponível em:
<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=675>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 241-288. ISBN: 978-85-7541- 612-9. Disponível em: 10.7476/9788575416129.0009. Acesso em: 25/11/2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004

MERTON, Robert K. The Matthew Effect in science. **Science**, [s. l.], v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968. DOI: 10.1126/science.159.3810.56. Disponível em: <http://www.garfield.library.upenn.edu/merton/matthew1.pdf>. Acesso em 19/11/2025.